



Cavalo de Troia

O EX-PETISTA DIAS TOFFOLI TORNA-SE A NOVA PEDRA NO SAPATO DE DILMA ROUSSEFF

por ANDRÉ BARROCAL

QUANDO alguns dos maiores empreiteiros do País foram presos na sexta-feira 14, ficou vaga uma das sete cadeiras do Tribunal Superior Eleitoral. A coincidência dei-

xou o Palácio do Planalto arrepiado. Por uma combinação de mágoas, antipatias e uma estranha casualidade, a aprovação das contas de campanha de Dilma Rousseff caiu no colo do ministro Gilmar Mendes, conhecido pela indisfarçável militância tucana. O caso tornou-se a maior preocupação do governo neste fim de ano. Não que se identifiquem riscos à diplomação da presidenta em dezembro ou à posse em janeiro. O receio é o caso detonar uma batalha judicial capaz de alimentar a temida ideia de *impeachment* no futuro.

O presidente do TSE, José Antônio Dias Toffoli, é central na história. Até a véspera da Operação Lava Jato, era Henrique Neves o ministro incumbido no tribunal de examinar as contas de Dilma e do PT. O mandato de Neves venceu na quinta-feira 13, quando a presidenta estava na Austrália. Sem delongas, Toffoli providenciou outro relator para os dois



processos. Determinou uma “livre redistribuição”, que provavelmente ocorreu por sorteio eletrônico. Ambos foram parar no gabinete de Mendes. O processo precisa estar concluído até 18 de dezembro, data da diplomação.

O Planalto teme que o ministro adote a visão de alguns investigadores de que doações oficiais feitas por empreiteiras-alvo da Lava Jato tinham o objetivo de lavar dinheiro. O comitê petista tem até a terça-feira 25 para enviar ao TSE a prestação final de contas da campanha, mas dados parciais revelam 18,9 milhões de reais doados entre julho e agosto por três construtoras citadas no escândalo. Foram 10 milhões da OAS, 5 milhões da UTC e 3,9 milhões do Grupo Odebrecht. As mesmas empresas contribuíram para a campanha de Aécio Neves, do PSDB. Segundo prestações de conta parciais, o tucano e seu comitê financeiro receberam 5 milhões de reais entre julho e agosto. Foram 2 milhões da OAS, 2 milhões do Grupo Odebrecht e 1 milhão da UTC.

Tensão. Para ser diplomada, Dilma precisa ver aprovadas as contas da campanha



Parceiros.
O tucano Mendes
e o "petista" Toffoli
em conagração

O PRESIDENTE DO TSE CONSIDERA-SE DESPREZADO PELO GOVERNO. QUERIA SER MAIS OUVIDO, MAS NÃO É

Há uma chance de Mendes ser destituído do papel de escrutinador das contas de Dilma e do PT. O vice-procurador-geral eleitoral Eugênio Aragão tenta anular a redistribuição patrocinada por Toffoli. Segundo ele, não havia urgência. A análise da papelada só terá início após a entrega da prestação final de contas. Até lá, Neves pode até ser reconduzido à cadeira de ministro, o que o credenciaria a retomar a relatoria. Caso isso não aconteça, a função deveria ser herdada por um juiz que esteja na Corte por ser advogado, como Neves, e não por um nomeado via STF, caso de Mendes, conforme estabelece o regimento interno. Argumentos iguais foram usados pelo comitê de Dilma em um recurso apresentado ao TSE.

Segundo comentários internos na Corte, Toffoli sente-se seguro de seu ato, embora esteja disposto a levar o assunto ao plenário. E lembra ter feito vários alertas ao Planalto sobre o iminente fim de man-

dato de Neves. Parece haver respaldo jurídico à decisão de redirecionar a análise da prestação de contas de Dilma, como também existiria caso ele aguardasse a decisão sobre a vaga de Neves. Seria uma questão de boa vontade. Ou de má.

O Planalto está ressabiado com Toffoli. Durante a eleição, o ex-advogado do PT criticou Dilma publicamente por dar entrevistas no Palácio da Alvorada na condição de candidata e utilizar o local como cenário de seu programa no horário gratuito. Na reta final da disputa, comandou uma polêmica intervenção do TSE que proibiu ataques entre os candidatos

na propaganda eleitoral. Era o auge da operação de desconstrução da imagem de Aécio Neves pelos dilmistas. A desconfiança em relação ao magistrado é tanta que circula no Planalto um rumor não comprovado: dois dias antes da redistribuição dos processos, Toffoli teria dito em um jantar na casa do presidente do Senado, Renan Calheiros, que iria repassá-los a Mendes.

A postura de Toffoli na eleição levou o ex-presidente Lula a ligar para ele, segundo um integrante do comitê de Dilma. Responsável por alçá-lo à mais alta Corte do País, o STF, Lula queria entender as razões



REPORTAGEM DE CAPA

À espera. No momento restrita a São Paulo, a marcha pelo golpe está viva

a mover o antigo auxiliar. Surpreendeu-se com uma reação ríspida, de quem não queria ser tratado com intimidade, mas como integrante de um tribunal.

A um amigo de faculdade, Toffoli desabafou. Não se sente mais devedor do governo desde o julgamento do “mensalão”. Acredita ter se exposto ao defender petistas sem nunca receber em troca um gesto de gratidão. Dali em diante, construiria uma carreira independente e buscaria uma marca como magistrado. Não é de todo verdade que Toffoli se arriscou no “mensalão”. Ele absolveu José Dirceu, padrinho de sua indicação ao STF, mas condenou José Genoino e Delúbio Soares.

Na visão de um conselheiro de Dilma, Toffoli não merece confiança, mas a presidenta erra ao recusar ouvi-lo. Ele é ministro de um tribunal superior e comanda o TSE, e deveria, portanto, ser tratado cordialmente, em nome da governabilidade. A antipatia de Dilma remonta ao tempo em que ambos disputavam a atenção de Lula, ela na chefia da Casa Civil, ele à frente da Advocacia-Geral da União. A interlocutores próximos o magistrado sempre ressalta: no governo anterior era ouvido. No atual, não.

Petistas não negam o desprestígio do ministro. Na festa da vitória de Dilma no segundo turno em um hotel em Brasília, uma comparação foi feita entre alguns convidados. Advogado-geral no governo FHC, Mendes virou referência jurídica do PSDB desde a entrada no STF em 2002. Governos estaduais tucanos costumam escutá-lo em indicações para tribunais. O mesmo não ocorre com Toffoli e o PT.

Dilma prefere ouvir o presidente do STF, Ricardo Lewandowski. O fim do



mandato de Henrique Neves expõe essa preferência. A lista tríplice com os candidatos à vaga foi aprovada em agosto pelo STF. Nela estão Neves, que poderia ser conduzido, Admar Gonzaga e Tarcísio Noronha, ministros reservas. Toffoli defenderia a recondução de Neves, enquanto Lewandowski preferiria efetivar Gonzaga. Dilma inclina-se por esse último. Gonzaga esteve no centro da batalha posterior à publicação pela revista *Veja*, a três dias da eleição, de reportagem

Economia. Brandão prefere manter Trabuco no Bradesco. E este talvez tenha indicado Levy



Wagner. Ainda sem cargo definido, entra na lista para o Ministério da Justiça



A REFORMA MINISTERIAL ESTÁ CONDICIONADA AOS DESDOBRAMENTOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO E AOS ESTRAGOS NA BASE ALIADA

AMANDA OLIVEIRA/GOV.BA, MARCOS
DE PAULA/ESTADÃO CONTEÚDO,
E HELVIO ROMERO/ESTADÃO CONTEÚDO



a envolver sem provas a presidenta em fraudes na Petrobras. Ele proibiu a revista de anunciar a edição e concedeu direito de resposta à campanha petista.

O impacto da Lava Jato no exame de suas contas de campanha é o mais imediato, mas não o único para Dilma. A conclusão da reforma ministerial tornou-se dependente dos desdobramentos do escândalo. É cada vez mais provável que a presidenta faça poucas mudanças agora e deixe a maioria para depois, talvez para o início de 2015. Ela não quer se arriscar a nomear um auxiliar e logo depois vê-lo envolvido no escândalo. Seria o caso do senador Ciro Nogueira? O parlamentar dirige o PP e foi decisivo para o apoio do partido à reeleição e não à candidatura de Aécio, como defendia o presidente de honra da legenda, Francisco Dornelles, primo do tucano. Estava cotado para uma vaga no minis-

tério, mas ninguém garante a essa altura que seu nome não venha a aparecer na lista dos parlamentares citados em fraudes.

A reforma deve limitar-se por ora aos postos mais estratégicos na área econômica e no time do Planalto. Definidas tais peças, o governo teria condições de sair da defensiva e retomar a iniciativa política a partir da agenda dos novos ministros. A situação foi longamente analisada por Dilma e o ex-presidente Lula na terça-feira 18, em uma reunião com a presença do ministro Aloizio Mercadante, da Casa Civil, do presidente do PT, Rui Falcão, e do governador da Bahia, Jaques Wagner. Ainda sem lugar definido, Wagner também passou a ser cotado para o

Ministério da Justiça. Sustenta tal possibilidade a tese de que seria conveniente ter um político experiente na pasta.

O grande impasse continua a ser o substituto de Guido Mantega na Fazenda. Lula teria sugerido à sucessora considerar o nome de Luiz Carlos Trabuco, dirigente do Bradesco. Antes de viajar à Austrália, ela ouvira a sugestão e a descartara, por resistir à ideia de dar um sinal de rendição ao sistema financeiro e de entregar o cargo a um banqueiro após sua campanha ter amaldiçoado a categoria. Depois de outra investida de Lula e do retorno da reunião do G-20, ela sentou-se com Lázaro Brandão, presidente do conselho de administração do banco, e com o próprio Trabuco. Brandão parecia pouco disposto a liberar o auxiliar, funcionário de sua absoluta confiança, considerado um filho e preparado para sucedê-lo, e consta não ter mudado de ideia. Descartado o executivo do Bradesco, uma nova opção começou a circular na quinta 20: Joaquim Levy, secretário do Tesouro nos governos FHC e Lula e ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro. Levy, hoje funcionário de uma das empresas do Bradesco, teria sido sugestão de Trabuco. Certo é que Dilma e Levy tiveram desavenças no passado. Pode ser que a recusa de Trabuco tenha a ver com o fato de a presidenta não ter concordado em nomear Levy para um cargo na equipe econômica.

O preferido de Dilma continuaria a ser o economista Nelson Barbosa. Se perder a parada, é provável a sua nomeação para o Planejamento. Um ministro próximo da presidenta e defensor de Barbosa enxerga ao menos uma razão para a escolha de um nome mais ao gosto do "mercado". A Operação Lava Jato fará um estrago tão grande no *front* político a partir de 2015, com a revelação de nomes de parlamentares e processos judiciais, a maioria do PT e da base aliada, que o Planalto não teria como encarar ao mesmo tempo desavenças na frente econômica. Talvez. •